



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
(Processo Administrativo nº 05156/2026)

I. OBJETO (No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e na plataforma da LICITANET, prevalecerá a descrita neste edital.)

CONSTITUI-SE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO E DECORAÇÃO TEMÁTICA JUNINA, INCLUINDO FORNECIMENTO E/OU LOCAÇÃO DE MATERIAIS, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO FESTIVO E POSTERIOR DESMONTAGEM DAS ESTRUTURAS DECORATIVAS, PARA ATENDER AOS FESTEJOS JUNINOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS – BA.

II. INÍCIO DA SESSÃO (Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.)

DIA: 08/06/2026, às 09h

III. ENDEREÇO ELETRÔNICO: O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site www.licitanet.com.br.

OBSERVAÇÃO: Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site acima.

IV. BASE LEGAL: Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos

V. PARTICIPAÇÃO: AMPLA

VI. UNIDADE SOLICITANTE: CHEFIA DE GABINETE

VII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

VIII. MODO DE DISPUTA: ABERTO

IX. FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA

X. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, compreendendo o período necessário para execução dos serviços, acompanhamento contratual, encerramento administrativo e demais providências relacionadas ao objeto da contratação.

XI. O Valor global estimado da licitação: R\$ 1.588.612,38 (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil, seiscentos e doze reais e trinta e oito centavos).

XII. VISITA TÉCNICA: () SIM (x) NÃO **XIII. AMOSTRA:** () SIM (x) NÃO **XIV. PROVA DE CONCEITO:** () SIM (x) NÃO

XV. GARANTIA DE PROPOSTA: (x) SIM () NÃO **XVI. GARANTIA DE CONTRATAÇÃO:** () SIM (x) NÃO

DADOS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Deisiane Chagas Caitano Lôbo	ENDEREÇO: Av. Brg. Alberto C.Matos, 397 - Jardim do Jockey, Lauro de Freitas - BA – CEP: 43.850-00	
ATO DE NOMEAÇÃO: Decreto Municipal nº 5.650, de 18 de maio de 2026.	CNPJ/MF: 13.927.819/0001-40	
EMAIL: copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br	TEL.: (71) 93618-0633	HORÁRIO DE ATENDIMENTO: Das 08h às 17h



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

1. PREÂMBULO

1.1 O Município de LAURO DE FREITAS/BA, por meio da Superintendência de Contratação, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, realizará a licitação do objeto acima listado, na modalidade de Pregão Eletrônico.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512 6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

3.5.2. empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.5.3. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e/ou quaisquer outros órgãos/entidades deste Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário do Município;

3.5.4. empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.5.5. empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

3.5.6. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

3.5.7. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Instrumento Contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

3.5.9. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Instrumento Contratual agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 Para participar do Certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do Sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

4.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico (<https://licitanet.com.br>).

4.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no Sistema eletrônico utilizado no Certame e de cumprir as regras do presente Edital:

4.4. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

4.6. Comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.7. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

4.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.9. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do site (<https://licitanet.com.br>).

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.5 Em sua **proposta eletrônica**, a licitante deverá:

5.5.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.5.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

5.5.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.6. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.6.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.6.1;

5.6.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.7 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.9. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

5.10 Formalizações de consultas: observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas pelo site <https://portal.licitanet.com.br/login>. As consultas serão respondidas diretamente no site <https://portal.licitanet.com.br/login>, no campo “mensagens”, no link correspondente a este edital, bem como através de e-mail, quando não for possível enviá-las através do sistema.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE**.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (hum mil reais)**.

6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.9.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.9.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.9.1; 6.9.2 e 6.9.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.13 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 Durante a fase de lances se houver um envio de lance equivocado, isto é, com erro de digitação ou incongruência de valores, para que não ocorram prejuízos à Administração com a queda em cascata dos preços, o(a) Pregoeiro(a) poderá cancelar este lance de modo a propiciar ordem à disputa.

6.15 Após a exclusão pelo(a) Pregoeiro(a) do lance considerado equivocado, o licitante poderá reapresentá-lo, caso entenda que a exclusão foi indevida. Quedando-se inerte o licitante, o(a) Pregoeiro(a) entenderá como aceito o cancelamento, o que não impossibilitará o licitante de permanecer na disputa com oferta de novos lances.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.17.2 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

6.17.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6.17.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à conformidade com as especificações técnicas e quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

7.2 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3 A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Administração ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

7.4 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

7.5 Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições deste edital e o seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade praticada no mercado

8. REMESSA DA PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA

8.1 A Pregoeira solicitará ao Licitante detentor da melhor oferta do Lote que, no prazo de 2 (duas) horas, envie, em campo próprio por meio do sistema <https://portal.licitanet.com.br/login>, a sua Proposta de Preços Reformulada, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, para que sejam submetidos à análise por Profissional Técnico competente, Servidor desta Administração ou não, o qual prestará Assessoria à Pregoeira.

8.2 É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.3 O não encaminhamento dos documentos, conforme prazo estipulado no subitem 8.1 deste edital, caracterizará desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, a Pregoeira autuará processo administrativo para apenação da(s) licitante(s) convocada(s).

8.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 8.1, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência) sendo realizado, pela Pregoeira, a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

8.6 Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores constantes do Anexo I do Termo de Referência do Edital.

8.7 Caso o lance vencedor para o LOTE esteja acima do valor estimado da Administração, o licitante poderá ser convocado, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pela Pregoeira, a proposta poderá ser rejeitada, sendo convocada o próximo colocado para a negociação.

8.8 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados deste edital.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9. PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA

9.1 A Proposta de Preços Reformulada, elaborada conforme modelo constante no ANEXO V deste edital, e os documentos que a instruírem quando for o caso, será apresentada obedecendo aos seguintes requisitos:

9.1.1 Em uma via, em papel timbrado da empresa licitante (exceto documentos emitidos por terceiros que sejam a ela anexados, quando couber), rubricada em todas as suas páginas e assinada na última, sob carimbo, pelo representante legal, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, redigida em língua portuguesa, salvo expressões técnicas de uso corrente em outra língua, nela constando, obrigatoriamente.

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/fax, endereço eletrônico (e-mail) e pessoa de contato;
- b) Preços unitários e global por item e preço global do lote ofertado;
- c) Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- d) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;

9.2 DA GARANTIA DA PROPOSTA DE PREÇO

9.2.1 A garantia de proposta é um mecanismo utilizado em licitações para assegurar a seriedade das propostas apresentadas pelos participantes. Serve para cobrir eventuais descumprimentos das condições estabelecidas na fase de concorrência na forma da Lei 14.133/2021:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

- § 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

- § 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

- § 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

- § 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei Norma da Lei 14.133/2021.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

10.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

- 10.2.1. conter vícios insanáveis;
- 10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

10.4.1 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 20% (vinte por cento) do valor orçado pela Administração. Neste caso a Pregoeira solicitará a apresentação dos documentos abaixo:

- a) PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS;
- b) COMPROVAÇÃO DE INSUMOS (NOTAS FISCAIS SIMILARES/ CONTRATOS E DOCUMENTOS DE SUPORTE OPERACIONAL/LOGISTICO)

10.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 10.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

11.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

11.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

11.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

11.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.7. deste edital.

11.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

11.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.7.1.1. As regras estão preestabelecidas no item 19.3 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital

11.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.7.2.1. As regras estão preestabelecidas no item 19.4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital

11.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.7.3.1 As regras estão preestabelecidas no item 19.5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11.7.4 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.7.5.1 As regras estão preestabelecidas no item 18.1.1 e item 18.2 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11.7.6. A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir relacionados

11.7.6.1 As regras estão preestabelecidas no item 19.2.1 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

12. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1 Se o licitante desatender às exigências de Habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta(s) que atenda(m) ao Edital, sendo o(s) respectivo(s) licitante(s) declarado(s) Vencedor(es) e a ele(s) adjudicado o objeto do Certame.

12.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.3 No caso de documentos que exijam a verificação de sua autenticidade de forma presencial, os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser apresentados ao(a) Pregoeiro(a).

12.4 Quaisquer documentos e certidões que não contiverem data de validade explícita serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias, a contar da data de suas emissões.

12.5 Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao item 11 e seus subitens deste Edital.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, indicando o número do CNPJ e endereço, respectivos:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2. Os documentos assinados eletronicamente com certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil não necessitam de reconhecimento de firma, por garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica.

13. DOS RECURSOS

13.1 Divulgada a decisão da Comissão, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, a Licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, via sistema, contados a partir da data da intimação da decisão que se fará por publicação no sistema, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, 3 (três) dias úteis, e terá início imediatamente ao término do prazo para interpor recurso, em consonância com o preceito do §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021;

13.3. É assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. Caso o Agente de Contratação/Pregoeira não exerça juízo de retratação, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste edital e seus anexos não serão conhecidos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. As obrigações das partes são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do contrato, anexos deste edital.

15. DAS PENALIDADES

15.1. As obrigações das partes são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do contrato, anexos deste edital.

16. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br>.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

16.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

16.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

17.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

17.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

17.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

17.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

17.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Será admitida a subcontratação sob anuência da Administração.

19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1 As obrigações das partes são as estabelecidas no Termo de Referência, anexos deste edital.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 As informações constantes no Termo de Referência, relativas à contratação de empresa para o fornecimento, não serão tratadas como sigilosas.

20.2. As condições estabelecidas no Termo de Referência serão complementadas e detalhadas no Edital de licitação, no instrumento contratual ou nas ordens de fornecimento, que regerão a execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Federal nº 11.462/2023 e com as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

20.3. A execução do fornecimento deverá observar os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem como os princípios da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

20.5 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

20.6 As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília - DF.

20.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

21. FORO

21.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

22. ANEXOS DO EDITAL

22.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DA ATA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

22.2. Este Edital contém 46 (quarenta e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 20 de maio de 2026.

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 05156/2026

1 OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação e decoração temática junina, incluindo fornecimento e/ou locação de materiais, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva durante o período festivo e posterior desmontagem das estruturas decorativas, para atender aos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, exercício de 2026.

2 JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa viabilizar a adequada ambientação temática dos espaços públicos integrantes da programação oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, assegurando padronização estética, segurança das estruturas e cumprimento do cronograma operacional definido pela Administração Municipal.

Os festejos juninos constituem manifestação cultural de relevante interesse público, integrando o calendário oficial de eventos do Município e contribuindo para a valorização das tradições culturais nordestinas, fortalecimento da identidade cultural local, incentivo ao turismo e movimentação da economia municipal.

A execução dos serviços de ornamentação e decoração demanda atividades técnicas especializadas, compreendendo fornecimento e/ou locação de materiais, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva durante o período festivo, além da posterior desmontagem e retirada das estruturas decorativas, exigindo logística integrada e atuação simultânea em múltiplos polos.

Nesse contexto, verifica-se que a Administração Municipal não dispõe de estrutura operacional, equipamentos e mão de obra especializada suficientes para execução direta dos serviços, sobretudo diante da complexidade logística e da necessidade de padronização estética e operacional entre os diversos espaços contemplados pela programação do evento.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se a solução mais adequada e eficiente para atendimento da demanda, garantindo execução integrada dos serviços, segurança estrutural, manutenção contínua durante o período festivo e adequada ambientação temática dos espaços públicos.

Ressalta-se, ainda, que a contratação integrada visa assegurar maior eficiência administrativa, melhor gerenciamento da execução contratual, redução de riscos operacionais e maior controle da qualidade dos serviços prestados, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços de ornamentação e decoração temática junina, destinados à ambientação dos espaços públicos contemplados pela programação oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA.

A execução compreenderá o fornecimento e/ou locação de materiais decorativos e cenográficos, transporte, montagem, instalação, fixação, manutenção preventiva e corretiva durante todo o período festivo, bem como a posterior desmontagem e retirada integral das estruturas e materiais utilizados.

Os serviços deverão ser executados de forma planejada, coordenada e padronizada, garantindo compatibilidade estética, segurança estrutural, qualidade visual e adequada ambientação temática dos diversos polos definidos pela Administração Municipal.

A solução contempla, ainda, a disponibilização de equipe técnica e operacional compatível com a complexidade do objeto, incluindo suporte para atendimento de demandas corretivas, reposição de materiais danificados, ajustes operacionais e intervenções necessárias ao perfeito funcionamento e conservação das estruturas instaladas durante todo o período de realização do evento.

A contratada será integralmente responsável pela logística operacional necessária à execução dos serviços, incluindo transporte de materiais, mobilização de equipes, instalação, manutenção, desmontagem e destinação final dos materiais utilizados, observando as condições de segurança, acessibilidade, organização e preservação dos espaços públicos utilizados.

Os serviços serão executados nos locais definidos pela Administração Municipal, conforme cronograma operacional e programação oficial dos festejos juninos, podendo ocorrer adequações técnicas, operacionais e logísticas necessárias ao atendimento do interesse público e à adequada realização do evento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4 CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Trata-se de prestação de serviços comuns, de natureza não continuada, com execução por escopo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5 REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços ocorrerá sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando a necessidade de medição individualizada dos itens efetivamente executados, conforme especificações técnicas, quantitativos e unidades de medida constantes na planilha orçamentária integrante deste Termo de Referência. A execução deverá observar integralmente o cronograma oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, bem como as diretrizes operacionais estabelecidas pela Administração Municipal.

A montagem, instalação e ambientação das estruturas decorativas deverão ser iniciadas a partir da segunda semana do mês de junho de 2026, em conformidade com o planejamento operacional e a programação oficial do evento, podendo a Administração promover ajustes necessários em razão de demandas técnicas, logísticas, institucionais ou condições climáticas supervenientes.

A contratada deverá garantir a manutenção preventiva e corretiva de todos os elementos decorativos e estruturas instaladas durante todo o período festivo, responsabilizando-se pela imediata correção de falhas, substituição de itens danificados e preservação das condições estéticas, estruturais e de segurança dos materiais empregados.

A desmontagem e retirada integral das estruturas decorativas deverão ocorrer após o encerramento das festividades, em prazo definido pela Administração Municipal, observadas as necessidades operacionais, logísticas e administrativas relacionadas à execução do evento.

6 VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, compreendendo o período necessário para execução dos serviços, acompanhamento contratual, encerramento administrativo e demais providências relacionadas ao objeto da contratação.

A execução dos serviços observará o cronograma oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, conforme programação e necessidades operacionais definidas pela Administração Municipal.

7 JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação envolve conjunto integrado de atividades técnicas, operacionais e logísticas que necessitam ser executadas de forma coordenada, padronizada e compatível com o cronograma oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA.

Os serviços abrangem fornecimento e/ou locação de materiais decorativos, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva durante o período festivo, além da posterior desmontagem e retirada das estruturas, envolvendo atuação simultânea em múltiplos polos e necessidade de compatibilização estética, estrutural e operacional entre os diversos elementos decorativos e cenográficos.

O parcelamento da contratação em múltiplos contratos poderá comprometer a eficiência da execução contratual, aumentar riscos operacionais, dificultar a gestão integrada do objeto e comprometer a padronização estética pretendida pela Administração Municipal.

Além disso, a fragmentação da execução poderá ocasionar conflitos de responsabilidade entre fornecedores distintos, dificuldades de coordenação logística, aumento de custos operacionais e maior complexidade na fiscalização contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação integrada mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando maior eficiência operacional, padronização dos serviços, controle da execução e redução de riscos durante a realização do evento.

8 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, unidades de medida e demais condições estabelecidas na Planilha Orçamentária integrante deste Termo de Referência, observando-se os padrões mínimos de qualidade, segurança, resistência, acabamento e adequação estética compatíveis com a temática junina.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

A contratada deverá fornecer e/ou disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, insumos, estruturas e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pelas atividades de transporte, montagem, instalação, manutenção, desmontagem e retirada das estruturas decorativas e cenográficas.

Os elementos decorativos deverão apresentar uniformidade visual, compatibilidade estética e padrão de acabamento adequado entre os diversos polos contemplados pela programação oficial dos festejos juninos, garantindo harmonia temática e identidade visual do evento.

As estruturas e instalações deverão possuir resistência e estabilidade compatíveis com as condições de uso em áreas públicas abertas, considerando exposição a intempéries, fluxo intenso de pessoas e demais condições operacionais inerentes à realização do evento.

Todos os materiais empregados deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação e apresentação, não sendo admitidos materiais danificados, enferrujados, deteriorados, rasgados, quebrados, com falhas estruturais ou em desacordo com as especificações aprovadas pela fiscalização contratual.

A contratada deverá garantir a imediata substituição de qualquer item considerado inadequado, comprometido, inseguro ou rejeitado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração Municipal.

Os serviços deverão observar as normas técnicas aplicáveis, bem como as exigências relacionadas à segurança do trabalho, acessibilidade, organização dos espaços públicos e preservação da integridade física dos usuários, trabalhadores e estruturas existentes nos locais de execução.

A Administração Municipal poderá solicitar ajustes operacionais, reposicionamento de estruturas, adequações estéticas e substituições de materiais sempre que identificar necessidade de adequação ao interesse público, à programação oficial do evento ou às condições de segurança e funcionalidade das estruturas instaladas.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

A medição dos serviços executados ocorrerá mediante verificação física pela fiscalização contratual, observando os quantitativos efetivamente executados, instalados e aceitos pela Administração Municipal, conforme especificações técnicas e unidades de medida constantes na planilha orçamentária integrante deste Termo de Referência.

Somente serão considerados para fins de pagamento os serviços devidamente executados, conferidos, aprovados e atestados pela fiscalização contratual.

9.1 Medição das Bandeirolas Juninas

Os serviços de ornamentação mediante instalação de bandeirolas juninas serão medidos por metro quadrado (m²) efetivamente instalado, observando-se os quantitativos executados nos polos contemplados pela programação oficial do evento.

A aferição será realizada pela fiscalização mediante inspeção física, registros fotográficos e demais mecanismos de controle necessários à validação da execução.

Não serão considerados para pagamento quantitativos instalados em desconformidade com as especificações técnicas ou rejeitados pela fiscalização contratual.

9.2 Medição dos Itens Cenográficos e Decorativos

Os itens cenográficos, estruturas decorativas, elementos temáticos e demais componentes previstos na planilha orçamentária serão medidos por unidade (UND) efetivamente instalada e aceita pela fiscalização.

A medição ficará condicionada à verificação da conformidade técnica, qualidade estética, estabilidade estrutural, funcionamento e adequação dos itens instalados.

9.3 Manutenção Preventiva e Corretiva

A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva durante todo o período festivo, garantindo a preservação das condições de segurança, funcionamento, estabilidade e apresentação estética das estruturas e materiais instalados.

As intervenções corretivas deverão ser executadas imediatamente após solicitação da fiscalização contratual ou identificação de falhas, danos, desprendimentos, comprometimentos estruturais ou inadequações estéticas.

Os custos relacionados às atividades de manutenção preventiva e corretiva deverão estar contemplados nos preços apresentados pela contratada, não sendo admitida cobrança adicional pela execução desses serviços.

9.4 Regras Gerais de Medição

Não será admitida medição baseada em estimativa, previsão de execução ou simples disponibilização de materiais e estruturas sem efetiva instalação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, rejeitados pela fiscalização ou que apresentem falhas de execução não serão objeto de pagamento até sua integral regularização.

A fiscalização contratual poderá solicitar adequações, substituições, correções ou complementações sempre que identificar inconformidades técnicas, operacionais, estruturais ou estéticas na execução dos serviços.

10 PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá observar integralmente o cronograma oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, bem como as diretrizes operacionais estabelecidas pela Administração Municipal.

A contratada deverá iniciar a montagem, instalação e ambientação das estruturas decorativas a partir da segunda semana do mês de junho de 2026, em conformidade com o planejamento operacional e programação oficial do evento.

A contratada deverá assegurar a conclusão integral da montagem e disponibilização da ambientação temática antes da abertura oficial dos festejos juninos, em conformidade com o cronograma operacional estabelecido pela Administração Municipal.

A entrega integral deverá ocorrer em prazo suficiente para realização da vistoria e validação pela fiscalização contratual antes da abertura oficial do evento.

A Administração Municipal poderá promover ajustes no cronograma de execução em razão de necessidades técnicas, operacionais, logísticas, institucionais ou condições climáticas supervenientes, devendo a contratada adequar-se às alterações formalmente comunicadas pela fiscalização contratual.

Durante todo o período festivo, a contratada deverá garantir manutenção preventiva e corretiva contínua das estruturas, elementos decorativos e instalações executadas, responsabilizando-se pelo imediato atendimento das ocorrências identificadas pela fiscalização ou decorrentes de falhas operacionais, danos, desgaste, desprendimentos ou comprometimentos estruturais.

A desmontagem e retirada integral das estruturas, materiais e demais elementos utilizados na execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos após o encerramento oficial dos festejos juninos, observadas as necessidades operacionais e logísticas relacionadas à execução do evento.

A contratada será responsável por toda a logística necessária à execução dos serviços, incluindo transporte, mobilização de equipes, instalação, manutenção, desmontagem, retirada e destinação final dos materiais utilizados, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança, organização e preservação dos espaços públicos utilizados. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos pela Administração poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo das demais disposições previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável:

- executar integralmente os serviços em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições operacionais e prazos estabelecidos pela Administração Municipal;
- fornecer e/ou disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, estruturas, acessórios, insumos, transporte e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto contratado;
- garantir padrão adequado de qualidade, acabamento, segurança, estabilidade estrutural e uniformidade estética dos elementos decorativos e cenográficos instalados;
- iniciar, executar e concluir os serviços dentro do cronograma operacional definido pela Administração Municipal;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- disponibilizar equipe técnica e operacional em quantitativo compatível com a complexidade, dimensão e simultaneidade dos serviços executados nos diversos polos festivos;
- responsabilizar-se integralmente pela montagem, instalação, fixação, manutenção preventiva e corretiva, desmontagem e retirada das estruturas decorativas;
- realizar manutenção preventiva e corretiva contínua durante todo o período festivo, promovendo imediatamente os reparos, ajustes, reposições e substituições necessárias ao perfeito funcionamento e conservação das estruturas instaladas;
- substituir, sem ônus adicional para a Administração Municipal, quaisquer materiais, estruturas ou elementos decorativos considerados inadequados, defeituosos, comprometidos, inseguros ou rejeitados pela fiscalização contratual;
- responsabilizar-se pela estabilidade e segurança das estruturas instaladas, adotando todas as medidas necessárias para prevenção de acidentes, desprendimentos, tombamentos, danos materiais ou riscos à integridade física de trabalhadores, usuários e terceiros;
- cumprir integralmente as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança do trabalho, instalações elétricas, acessibilidade, prevenção de acidentes e utilização de espaços públicos;
- responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- responder pelos danos causados à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência de falhas na execução dos serviços, negligência, imprudência, imperícia ou utilização inadequada de materiais e estruturas;
- manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- atender prontamente às determinações da fiscalização contratual, promovendo correções, adequações e ajustes solicitados pela Administração Municipal;
- responsabilizar-se pela limpeza, organização e preservação dos locais de execução dos serviços durante todas as etapas da contratação;
- realizar a desmontagem e retirada integral das estruturas, materiais e resíduos decorrentes da execução contratual ao término das festividades, promovendo a adequada destinação final dos materiais utilizados;
- não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto contratado sem prévia autorização formal da Administração Municipal;
- manter comunicação permanente com a fiscalização contratual durante todo o período de execução dos serviços, disponibilizando responsável técnico ou preposto para acompanhamento das demandas operacionais e administrativas relacionadas ao contrato.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da contratante:

- proporcionar as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, disponibilizando à contratada acesso aos locais definidos para instalação das estruturas decorativas e cenográficas;
- fornecer as informações, orientações e diretrizes operacionais necessárias à execução do objeto contratado, inclusive quanto ao cronograma oficial dos festejos juninos e definição dos polos contemplados;
- acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor(es) formalmente designado(s), registrando ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, condições estabelecidas neste Termo de Referência ou determinações da fiscalização contratual;
- solicitar correções, ajustes, substituições e adequações sempre que constatadas falhas técnicas, operacionais, estruturais ou estéticas na execução dos serviços;
- efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma e prazos estabelecidos no instrumento contratual, após apresentação da documentação exigida, medição dos serviços executados e atesto da fiscalização competente;
- comunicar formalmente à contratada quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual que demandem providências corretivas, preventivas ou operacionais;
- aplicar as penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- promover os atos administrativos necessários à gestão e fiscalização do contrato, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- assegurar a atuação da fiscalização contratual para acompanhamento permanente da execução dos serviços, garantindo o controle de qualidade, conformidade técnica e cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

13 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.588.612,38 (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil, seiscentos e doze reais e trinta e oito centavos)**, conforme levantamento realizado mediante pesquisa de preços constante nos autos do Processo Administrativo nº 0516/2026.

A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa mercadológica realizada por meio de cotações diretas junto a empresas do ramo pertinente ao objeto contratado, observados os parâmetros previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Os quantitativos, especificações, unidades de medida, valores unitários e valores totais encontram-se detalhados na Planilha Orçamentária Estimativa constante no Anexo I deste Termo de Referência.

14 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e gerida por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes o acompanhamento permanente da execução dos serviços, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

A fiscalização contratual exercerá controle quanto à qualidade dos serviços executados, conformidade técnica das estruturas instaladas, cumprimento dos prazos estabelecidos, atendimento às especificações previstas neste Termo de Referência e observância das condições de segurança, estabilidade e apresentação estética dos elementos decorativos e cenográficos.

Compete à fiscalização contratual, dentre outras atribuições:

- acompanhar e registrar a execução dos serviços durante todas as etapas da contratação;
- verificar a conformidade dos materiais, estruturas e serviços executados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- realizar medições, inspeções e vistorias necessárias à validação dos quantitativos executados;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- solicitar correções, adequações, substituições ou complementações sempre que identificadas inconformidades técnicas, operacionais, estruturais ou estéticas;
- rejeitar serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas pela Administração Municipal;
- acompanhar a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva durante o período festivo;
- registrar ocorrências relacionadas à execução contratual e comunicar formalmente à contratada as providências necessárias à regularização de falhas identificadas;
- atestar as medições e documentos apresentados para fins de pagamento, desde que constatada a regular execução dos serviços;
- subsidiar a Administração Municipal quanto à eventual aplicação de penalidades decorrentes de descumprimento contratual.

A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, segurança, estabilidade e regularidade dos serviços executados.

A gestão contratual será exercida por servidor designado pela Administração Municipal, responsável pelo acompanhamento administrativo do contrato, controle dos prazos, gestão documental, comunicação institucional e demais providências relacionadas à execução contratual.

15 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços executados ocorrerá em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

O recebimento dos serviços será realizado em duas etapas:

15.1 Recebimento Provisório

O recebimento provisório ocorrerá mediante verificação preliminar da execução dos serviços pela fiscalização contratual, com objetivo de avaliar a conformidade dos materiais, estruturas e serviços executados em relação às especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A fiscalização poderá realizar inspeções, testes, registros fotográficos, conferência de quantitativos e demais procedimentos necessários à validação da execução contratual.

Constatadas inconformidades, falhas técnicas, inadequações estruturais, comprometimento estético ou quaisquer irregularidades na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos serviços executados nem exonera a contratada das responsabilidades decorrentes da execução contratual.

15.2 Recebimento Definitivo



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação integral da adequada execução do objeto contratado, incluindo a conclusão das atividades de montagem, manutenção, desmontagem e retirada das estruturas decorativas, bem como a regularização de eventuais pendências identificadas pela fiscalização contratual.

Somente será considerado definitivamente recebido o objeto que atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade, condições de segurança e exigências estabelecidas pela Administração Municipal.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios, defeitos, falhas estruturais ou irregularidades constatadas posteriormente, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

16 PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Administração Municipal mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização contratual, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

Os pagamentos ocorrerão conforme os serviços efetivamente executados, medidos e aprovados pela fiscalização contratual, observando os quantitativos constantes na planilha orçamentária integrante deste Termo de Referência.

A medição dos serviços será realizada mediante verificação física da execução, podendo a fiscalização utilizar registros fotográficos, relatórios técnicos, inspeções e demais mecanismos de controle necessários à comprovação da adequada execução contratual.

Somente serão pagos os serviços executados em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Os serviços rejeitados, executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem falhas de execução não serão objeto de pagamento até sua integral regularização pela contratada, sem ônus adicional para a Administração Municipal.

O pagamento ficará condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada durante toda a execução contratual.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização das pendências, sem prejuízo da continuidade da execução contratual, quando cabível.

Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária em conta de titularidade da contratada, observadas as disposições contratuais e orçamentárias aplicáveis.

Sobre os valores devidos poderão incidir os tributos, retenções e encargos legalmente previstos, conforme legislação vigente.

17 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

Poderão ser aplicadas à contratada, observada a ampla defesa e o contraditório, as seguintes sanções administrativas:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.1 Das Multas

Poderão ser aplicadas multas nas seguintes hipóteses:

- pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços;
- pelo descumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração Municipal;
- pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais;
- pela não realização das manutenções corretivas solicitadas pela fiscalização contratual;
- pela utilização de materiais em desacordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- pela não substituição de materiais, estruturas ou elementos decorativos rejeitados pela fiscalização;
- pelo descumprimento das condições relacionadas à segurança, estabilidade e adequada conservação das estruturas instaladas.

A aplicação de multa não impede que a Administração Municipal rescinda unilateralmente o contrato ou aplique outras penalidades legalmente previstas.

17.2 Das Penalidades Relacionadas à Execução

A contratada responderá administrativamente pelas falhas na execução dos serviços que comprometam:

- o cronograma operacional do evento;
- a segurança das estruturas instaladas;
- a adequada ambientação temática dos polos festivos;
- a continuidade da decoração durante o período festivo;
- a integridade dos espaços públicos e bens municipais;
- a segurança de trabalhadores, usuários e terceiros.

O cometimento reiterado de falhas, o descumprimento das determinações da fiscalização contratual ou a inexecução das obrigações assumidas poderá ensejar rescisão contratual, aplicação das penalidades cabíveis e demais medidas administrativas previstas na legislação vigente.

17.3 Processo Administrativo Sancionador

A aplicação das sanções observará procedimento administrativo próprio, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

18 EXIGÊNCIAS TÉCNICAS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

18.1 PARA FINS DE HABILITAÇÃO

18.1.1 Qualificação Técnica

18.1.1.1 Registro ou inscrição da Licitante e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou no Conselho Federal ou Regional dos Técnicos Industriais. CFT/CRT ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região da sede da Licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação, em plena validade e com indicação do objeto social compatível com o objeto desta licitação.

18.1.1.2. Apresentação de Atestados(s) de capacidade técnica, conforme a seguir:

- a) Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, suficiente para comprovar a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- b) Comprovação da capacidade técnico-profissional: pelo menos 01 (um) atestado em nome do profissional indicado para atuar como responsável técnico, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, devidamente registrado na entidade profissional competente acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT.
- c) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
- d) Poderá ser apresentado o mesmo atestado para a licitante e para o Responsável Técnico desde que venha indicado o nome de ambos no documento.
- e) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

18.1.1.3 Declaração se comprometendo no ato da assinatura do contrato possuir em seu quadro profissional habilitado para a execução dos serviços, pelo menos 01 (um) engenheiro Elétrico, 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho.

19 DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

19.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

19.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

19.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

19.1.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

19.1.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

19.1.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

19.2. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

19.2.1 A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

19.3 Relativa a Habilitação Jurídica:

19.3.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.3.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.3.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

19.3.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.3.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

19.3.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.4 Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

19.4.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

19.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

19.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

19.4.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

19.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

19.5 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

19.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

19.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

19.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

19.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

19.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

19.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

19.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

19.5.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

19.5.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

19.5.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

20 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, considerando a necessidade de execução integrada, padronizada e coordenada dos serviços de ornamentação e decoração temática junina.

A adoção do julgamento global justifica-se em razão da natureza integrada do objeto, da necessidade de compatibilização operacional entre os diversos serviços e da busca pela padronização estética e eficiência logística durante a execução contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Poderão participar do certame empresas legalmente constituídas e que atendam às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

Não poderão participar empresas que se encontrem impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como aquelas enquadradas nas hipóteses de vedação previstas na legislação vigente.

A proposta comercial deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo materiais, transporte, logística, mão de obra, montagem, manutenção, desmontagem, tributos, encargos sociais, equipamentos, seguros e demais despesas inerentes à execução contratual.

Serão desclassificadas as propostas que:

- apresentarem preços inexequíveis ou excessivos;
- estiverem em desacordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- apresentarem omissões, irregularidades ou inconsistências que comprometam sua análise;
- não atenderem às exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

A Administração Municipal poderá realizar diligências para esclarecimento de informações, análise de exequibilidade e verificação da compatibilidade das propostas apresentadas com as exigências do objeto contratado.

20.1 GARANTIA DE PROPOSTA

A garantia de proposta é um mecanismo utilizado em licitações para assegurar a seriedade das propostas apresentadas pelos participantes. Serve para cobrir eventuais descumprimentos das condições estabelecidas na fase de concorrência na forma da Lei 14.133/2021:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

- § 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.
- § 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- § 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- § 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei Norma da Lei 14.133/2021.

21 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Administração Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento da despesa.

A contratação possui previsão de recursos vinculados ao Gabinete da Prefeita – GAPRE e à Secretaria Municipal de Cultura, conforme indicação constante nos autos do Processo Administrativo nº 0516/2026.

As despesas serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- ORGÃO: 01 – GABINETE DA PREFEITA

- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0100 – GABINETE DA PREFEITA

- AÇÃO: 2070 – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CERIMONIAL

- ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

- FONTE DE RECURSOS: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

- ORGÃO: 11 – SECRETARIA DE CULTURA

- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1101 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

- AÇÃO: 2070 – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CERIMONIAL

- ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

- FONTE DE RECURSOS: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

A efetivação da contratação ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução contratual, observadas as disposições legais e orçamentárias aplicáveis.

21 DA SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação mediante anuência da Administração.

22 DA ASSINATURA DO CONTRATO

22.1 Comprovação de que o licitante possui em seu quadro, pelo menos 01 (um) engenheiro Elétrico, 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho, habilitado para a execução dos serviços, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente (CREA/CFT/CRT), para atuar como responsável técnico de suas respectivas áreas, a ser comprovado através de uma das formas a seguir:

- a) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
- b) Contrato Social, Estatuto Social ou ato Constitutivo, no caso de sócio;
- c) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior a data de abertura das propostas, com firma reconhecida das partes;
- d) Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com data anterior a abertura da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso da licitante vir a ser a vencedor.

23 DISPOSIÇÕES GERAIS

A contratada deverá executar os serviços em estrita observância às disposições deste Termo de Referência, do instrumento contratual, da proposta apresentada e da legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

Os casos omissos e as dúvidas surgidas durante a execução contratual serão dirimidos pela Administração Municipal, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

A Administração Municipal poderá promover ajustes operacionais relacionados à programação dos festejos juninos, cronograma de execução, definição dos polos festivos e demais aspectos necessários à adequada realização do evento, devendo a contratada adequar-se às determinações formalmente expedidas pela fiscalização contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

A participação no procedimento licitatório implica plena ciência e aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos integrantes do certame.

A contratada responderá integralmente pela qualidade, segurança, estabilidade e regularidade dos serviços executados, inclusive pelos danos eventualmente causados à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os seguintes anexos:

- Planilha de Preços Estimados. **(Anexo I)**

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias a prestação do serviço, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Maria de Fátima de Souza Barbosa
Secretária Chefe de Gabinete

Fernanda Francisca dos Santos

Matrícula: 120914

TÉCNICO RESPONSÁVEL



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA DE PREÇOS ESTIMADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	U.F	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de ornamentação com bandeirolas - confecção e colocação de bandeirolas plásticas 30x20 cm coloridas para ornamentação típica junina, incluindo todas despesas de materiais, instalação e remoção.	M²	40.000	R\$ 17,28	R\$ 691.000,00
2	Serviço de locação de varal luminoso para decoração - com fios paralelo de 2,5 mm, com bocais e lâmpadas incandescentes de 60w, para confecção de gambiarra.	M²	3.000	R\$ 14,81	R\$ 44.415,00
3	Serviço de locação de balões decorativo luminoso - confeccionado em madeira agreste medindo (1,50 de altura x 0,80 de largura), com forro de tecido em poliéster estampado e malha lisa, com iluminação em bocal de louça e lâmpada halógena de 100w e 220 volts em cabo de 1,5 de rabicho para a instalação, sustentação de 1,5m de corda de seda com 10 mm. As cores e acabamento serão definidos de acordo com o interesse e orientação da Administração.	UND	100	R\$ 925,32	R\$ 92.531,50
4	Locação balões decorativo luminoso - confeccionado em madeira agreste, dimensões: 0,40 de altura x 0,20m de largura, forro de tecido em poliéster estampado e malha lisa, Iluminação com bocal de louça e lâmpada halógena de 100W e 220V em cabo de 1,5m de rabicho para instalação e sustentação com 1,5m de corda de seda de 10mm. As cores e acabamento serão definidos de acordo com o interesse e orientação da Administração.	UND	100	R\$ 148,05	R\$ 14.805,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5	Locação balões decorativo luminoso - confeccionado em madeira agreste, dimensões: 0,80 de altura x 0,40m de largura, forro de tecido em poliéster estampado e malha lisa, iluminação com bocal de louça e lâmpada halógena de 100W e 220V em cabo de 1,5m de rabicho para instalação e sustentação com 1,5m de corda de seda de 10mm. As cores e acabamento serão definidos de acordo com o interesse e orientação da Administração.	UND	100	R\$ 420,07	R\$ 42.006,50
6	Serviço de locação de bonecos gigantes caracterizados em trio pé de serra , confeccionados em estrutura de fibra vidro com decoração remetendo a figura típica do São João. Medindo 4,00 de altura x 0,80 largura.	UND	3	R\$ 18.506,25	R\$ 55.518,75
7	Serviço de locação de cenografia junina com casaril duplo - medindo 7,10 m lado direito x 7,10 m lado esquerdo x 8,10 m centro ambos com 6,0m de altura em compensado naval 20mm pintados em tinta acrílicas.	UND	30	R\$ 6.785,63	R\$ 203.568,75
8	Serviço de locação de figura representando uma sanfona aberta com fole , confeccionados em fibras de vidro medindo (5m de largura x 2,5m altura) com pinturas, sustentada por cabos de aço de 10 a 15mm de espessura, fixado por postes de eucalipto tratado medindo 8m de altura, com 12 a 15 mm de espessura.	UND	5	R\$ 18.506,25	R\$ 92.531,25
9	Serviço de locação de fogueira cenográfica fogueira - confeccionada com toras personalizadas de 2,20 mm de diâmetro com acabamento em pintura cenográfica em tinta pu caracterizando madeira, totalizando 6 metros de altura x 2,60 de largura, sistema de iluminação interna com leds simulando chamas de fogo.	UND	2	R\$ 30.843,75	R\$ 61.687,50



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10	Serviço de locação de mandacaru - confeccionados em estrutura de fibra vidro com decoração remetendo a figura típica do sertão nordestino. Medindo 5,00 de altura x 2,20 largura com diâmetro do tronco 0,60m.	UND	2	R\$ 18.506,25	R\$ 37.012,50
11	Serviço de locação de luminária - confeccionado com madeira agreste medindo 50 x 50, em poliéster estampado com acabamento em viés 2,5 cm em toda a sua extensão. As cores e acabamento serão definidos de acordo com o interesse e orientação da Administração.	UND	100	R\$ 370,13	R\$ 37.012,50
12	Locação de igreja - confeccionada em compensado naval de 20mm, pintada com tinta acrílica, com dimensões 10 x 8,0 metros.	UND	1	R\$ 30.843,75	R\$ 30.843,75
13	Milho cenográfico luminoso - confeccionado em P.S de 4mm com acrílico de volumetria em 25mm, acabamento com pintura automotiva, iluminação em LED, estrutura em compensado com impressão em lona translúcida com dimensões: 1,28m x 0,88m.	UND	5	R\$ 616,88	R\$ 3.084,38
14	Locação boneco gigante remetendo ao "MASCOTE PEDRÃO" - confeccionado em estrutura de fibra vidro, com dimensões: 4,00m (altura) x 0,80m (largura).	UND	1	R\$ 17.625,00	R\$ 17.625,00
15	Locação boneco gigante remetendo ao "MASCOTE PEDRÃO" - confeccionado em estrutura de fibra vidro, com dimensões: 2,20m (altura) x 0,80m (largura).	UND	2	R\$ 9.400,00	R\$ 18.800,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

16	Estrutura metálica para túnel decorado com tecido e chitão – estrutura confeccionada em metal, garantindo resistência, estabilidade e segurança para montagem do túnel decorativo, com revestimento realizado com tecido e chitão, em cores e estampas variadas para ambientação temática, com montagem em formato de túnel decorativo, indicado para acesso, circulação de público ou composição cenográfica do evento. As cores e acabamento serão definidos de acordo com o interesse e orientação da Administração.	UND	1	R\$ 30.843,75	R\$ 30.843,75
17	Locação de portais cenográficos - portal I em estrutura de alumínio Q30, medindo 12m de largura com as seguintes peças cenográficas: 50m de lona fosca 440g em impressão digital, 02 apliques em formato de cacto medindo 3,70mx1m feito com compensando naval de 10mm com moldura em fita de led neon e impressão em adesivo, 02 balões cenográficos iluminados com lâmpada amarela de 5w medindo 1,50x1m, 01 aplique central medindo 2x1m, estrutura precisa ser iluminada com 10 refletores de led de 80w.	UND	1	R\$ 37.600,00	R\$ 37.600,00
18	Locação peça luminária decorativa - estrutura confeccionada em metal, garantindo resistência e estabilidade para instalação, revestimento decorativo em tecido e chitão, em cores e estampas variadas, indicada para composição de iluminação decorativa e ambientação temática de eventos. As cores e acabamento serão definidos de acordo com o interesse e orientação da Administração.	UND	8	R\$ 7.402,50	R\$ 59.220,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

19	Peça aérea quádrupla em formato circular em aro de metal com balões luminárias decorativos - confeccionada em 4 aro de metal, formando estrutura aérea circular para composição decorativa, composta por balões luminárias decorativos, em dimensões de 40 cm, 50 cm, 60 cm e 70 cm, balões confeccionados em madeira, tecido e chitão, em cores e estampas variadas, estrutura indicada para instalação aérea, proporcionando efeito decorativo e iluminação ambiente. As cores e acabamento serão definidos de acordo com o interesse e orientação da Administração.	UND	1	R\$ 18.506,25	R\$ 18.506,25
VALOR TOTAL: UM MILHÃO QUINHENTOS E OITENTA E OITO MIL E SEISCENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS.					R\$ 1.588.612,38



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

LOTE XXX				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Thiago dos Santos – S/N – Centro – Lauro de Freitas – BA, neste ato representado pelo **Secretário(a) Municipal de Cultura, lazer, juventude e esporte, Sr(a).** _____, brasileiro(a), portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob n.º _____, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, representada neste ato por seu representante legal _____, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação e decoração temática junina, incluindo fornecimento e/ou locação de materiais, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva durante o período festivo e posterior desmontagem das estruturas decorativas, para atender aos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº **05156/2026**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado pela Administração Municipal mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização contratual, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

4.2 Os pagamentos ocorrerão conforme os serviços efetivamente executados, medidos e aprovados pela fiscalização contratual, observando os quantitativos constantes na planilha orçamentária integrante do Termo de Referência.

4.3 A medição dos serviços será realizada mediante verificação física da execução, podendo a fiscalização utilizar registros fotográficos, relatórios técnicos, inspeções e demais mecanismos de controle necessários à comprovação da adequada execução contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.4 Somente serão pagos os serviços executados em conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.5 Os serviços rejeitados, executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem falhas de execução não serão objeto de pagamento até sua integral regularização pela contratada, sem ônus adicional para a Administração Municipal.

4.6 O pagamento ficará condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada durante toda a execução contratual.

4.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização das pendências, sem prejuízo da continuidade da execução contratual, quando cabível.

4.8 Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária em conta de titularidade da contratada, observadas as disposições contratuais e orçamentárias aplicáveis.

4.9 Sobre os valores devidos poderão incidir os tributos, retenções e encargos legalmente previstos, conforme legislação vigente;

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1 Os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do serviço contratado, ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme art. 124, da lei 14.133/2021;

5.2 Os contratos somente podem sofrer reajustamento de preços se obtiverem prazo de duração superior a 1 (um) ano. A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data da apresentação da proposta. Em caso de necessidade de ajuste dos preços registrados devido a alterações significativas nos custos de insumos ou outras circunstâncias econômicas imprevisíveis e não imputáveis ao contratado, o mesmo deverá solicitar formalmente a revisão dos preços, apresentando documentação comprobatória das alterações ocorridas, para análise e possível ajuste pela Administração, conforme previsto no contrato e na legislação aplicável;

5.2.1. Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir do último reajuste concedido;

5.2.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

5.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

5.2.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

5.2.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

5.2.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

5.2.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.3. Em caso de não cumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, incluindo a entrega de bens ou a prestação de serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade estabelecidos, a Administração poderá rescindir o Contrato, conforme previsto no inciso IX do artigo 82 da Lei 14.133/2021. Nessa situação, o contratado ficará sujeito às penalidades previstas na legislação aplicável, incluindo a aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber;

5.4. Em caso de ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, que impeça ou dificulte significativamente a execução do serviço, o contratado deverá comunicar imediatamente à Administração, apresentando documentação comprobatória do evento e de seus efeitos sobre a execução do objeto. Nessa situação, o serviço poderá ser suspenso temporariamente ou rescindido,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

conforme o caso, cabendo ao contratado a obrigação de adotar medidas mitigadoras e comprovar a relação direta entre o evento e a impossibilidade ou dificuldade de cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do inciso XI do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

A recomposição dos preços dos itens objeto do contrato rege-se de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual entre o preço dos itens adquiridos por ela no distribuidor e o ofertado ao CONTRATANTE em sua proposta na época da licitação.

§ 1º. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da entrega da fatura de fornecimento e das notas fiscais de aquisição dos produtos junto ao fornecedor, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.

§ 2º. Não serão considerados pedidos de reequilíbrio de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.

§ 3º. O preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1 A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e gerida por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes o acompanhamento permanente da execução dos serviços, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

8.2 A fiscalização contratual exercerá controle quanto à qualidade dos serviços executados, conformidade técnica das estruturas instaladas, cumprimento dos prazos estabelecidos, atendimento às especificações previstas no Termo de Referência e observância das condições de segurança, estabilidade e apresentação estética dos elementos decorativos e cenográficos.

8.3 Compete à fiscalização contratual, dentre outras atribuições:

- a) acompanhar e registrar a execução dos serviços durante todas as etapas da contratação;
- b) verificar a conformidade dos materiais, estruturas e serviços executados com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) realizar medições, inspeções e vistorias necessárias à validação dos quantitativos executados;
- d) solicitar correções, adequações, substituições ou complementações sempre que identificadas inconformidades técnicas, operacionais, estruturais ou estéticas;
- e) rejeitar serviços executados em desacordo com as condições estabelecidas pela Administração Municipal;
- f) acompanhar a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva durante o período festivo;
- g) registrar ocorrências relacionadas à execução contratual e comunicar formalmente à contratada as providências necessárias à regularização de falhas identificadas;
- h) atestar as medições e documentos apresentados para fins de pagamento, desde que constatada a regular execução dos serviços;
- i) subsidiar a Administração Municipal quanto à eventual aplicação de penalidades decorrentes de descumprimento contratual.

8.4 A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução do objeto, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, segurança, estabilidade e regularidade dos serviços executados.

8.5 A gestão contratual será exercida por servidor designado pela Administração Municipal, responsável pelo acompanhamento administrativo do contrato, controle dos prazos, gestão documental, comunicação institucional e demais providências relacionadas à execução contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, compreendendo o período necessário para execução dos serviços, acompanhamento contratual, encerramento administrativo e demais providências relacionadas ao objeto da contratação.

9.2 A execução dos serviços observará o cronograma oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, conforme programação e necessidades operacionais definidas pela Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

10.1 Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo das demais disposições previstas no Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável:

- a) executar integralmente os serviços em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições operacionais e prazos estabelecidos pela Administração Municipal;
- b) fornecer e/ou disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, estruturas, acessórios, insumos, transporte e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto contratado;
- c) garantir padrão adequado de qualidade, acabamento, segurança, estabilidade estrutural e uniformidade estética dos elementos decorativos e cenográficos instalados;
- d) iniciar, executar e concluir os serviços dentro do cronograma operacional definido pela Administração Municipal;
- e) disponibilizar equipe técnica e operacional em quantitativo compatível com a complexidade, dimensão e simultaneidade dos serviços executados nos diversos polos festivos;
- f) responsabilizar-se integralmente pela montagem, instalação, fixação, manutenção preventiva e corretiva, desmontagem e retirada das estruturas decorativas;
- g) realizar manutenção preventiva e corretiva contínua durante todo o período festivo, promovendo imediatamente os reparos, ajustes, reposições e substituições necessárias ao perfeito funcionamento e conservação das estruturas instaladas;
- h) substituir, sem ônus adicional para a Administração Municipal, quaisquer materiais, estruturas ou elementos decorativos considerados inadequados, defeituosos, comprometidos, inseguros ou rejeitados pela fiscalização contratual;
- i) responsabilizar-se pela estabilidade e segurança das estruturas instaladas, adotando todas as medidas necessárias para prevenção de acidentes, desprendimentos, tombamentos, danos materiais ou riscos à integridade física de trabalhadores, usuários e terceiros;
- j) cumprir integralmente as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança do trabalho, instalações elétricas, acessibilidade, prevenção de acidentes e utilização de espaços públicos;
- k) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual;
- l) responder pelos danos causados à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência de falhas na execução dos serviços, negligência, imprudência, imperícia ou utilização inadequada de materiais e estruturas;
- m) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- n) atender prontamente às determinações da fiscalização contratual, promovendo correções, adequações e ajustes solicitados pela Administração Municipal;
- o) responsabilizar-se pela limpeza, organização e preservação dos locais de execução dos serviços durante todas as etapas da contratação;
- p) realizar a desmontagem e retirada integral das estruturas, materiais e resíduos decorrentes da execução contratual ao término das festividades, promovendo a adequada destinação final dos materiais utilizados;
- q) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto contratado sem prévia autorização formal da Administração Municipal;
- r) manter comunicação permanente com a fiscalização contratual durante todo o período de execução dos serviços, disponibilizando responsável técnico ou preposto para acompanhamento das demandas operacionais e administrativas relacionadas ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Constituem obrigações da contratante:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a) proporcionar as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, disponibilizando à contratada acesso aos locais definidos para instalação das estruturas decorativas e cenográficas;
- b) fornecer as informações, orientações e diretrizes operacionais necessárias à execução do objeto contratado, inclusive quanto ao cronograma oficial dos festejos juninos e definição dos polos contemplados;
- c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor(es) formalmente designado(s), registrando ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, condições estabelecidas no Termo de Referência ou determinações da fiscalização contratual;
- e) solicitar correções, ajustes, substituições e adequações sempre que constatadas falhas técnicas, operacionais, estruturais ou estéticas na execução dos serviços;
- f) efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma e prazos estabelecidos no instrumento contratual, após apresentação da documentação exigida, medição dos serviços executados e atesto da fiscalização competente;
- g) comunicar formalmente à contratada quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual que demandem providências corretivas, preventivas ou operacionais;
- h) aplicar as penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- i) promover os atos administrativos necessários à gestão e fiscalização do contrato, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- j) assegurar a atuação da fiscalização contratual para acompanhamento permanente da execução dos serviços, garantindo o controle de qualidade, conformidade técnica e cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, unidades de medida e demais condições estabelecidas na Planilha Orçamentária integrante do Termo de Referência, observando-se os padrões mínimos de qualidade, segurança, resistência, acabamento e adequação estética compatíveis com a temática junina.

12.2 A contratada deverá fornecer e/ou disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, insumos, estruturas e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pelas atividades de transporte, montagem, instalação, manutenção, desmontagem e retirada das estruturas decorativas e cenográficas.

12.3 Os elementos decorativos deverão apresentar uniformidade visual, compatibilidade estética e padrão de acabamento adequado entre os diversos polos contemplados pela programação oficial dos festejos juninos, garantindo harmonia temática e identidade visual do evento.

12.4 As estruturas e instalações deverão possuir resistência e estabilidade compatíveis com as condições de uso em áreas públicas abertas, considerando exposição a intempéries, fluxo intenso de pessoas e demais condições operacionais inerentes à realização do evento.

12.5 Todos os materiais empregados deverão estar em perfeitas condições de uso, conservação e apresentação, não sendo admitidos materiais danificados, enferrujados, deteriorados, rasgados, quebrados, com falhas estruturais ou em desacordo com as especificações aprovadas pela fiscalização contratual.

12.6 A contratada deverá garantir a imediata substituição de qualquer item considerado inadequado, comprometido, inseguro ou rejeitado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração Municipal.

12.7 Os serviços deverão observar as normas técnicas aplicáveis, bem como as exigências relacionadas à segurança do trabalho, acessibilidade, organização dos espaços públicos e preservação da integridade física dos usuários, trabalhadores e estruturas existentes nos locais de execução.

12.8 A Administração Municipal poderá solicitar ajustes operacionais, reposicionamento de estruturas, adequações estéticas e substituições de materiais sempre que identificar necessidade de adequação ao interesse público, à programação oficial do evento ou às condições de segurança e funcionalidade das estruturas instaladas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

12.9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

12.9.1 A medição dos serviços executados ocorrerá mediante verificação física pela fiscalização contratual, observando os quantitativos efetivamente executados, instalados e aceitos pela Administração Municipal, conforme especificações técnicas e unidades de medida constantes na planilha orçamentária integrante do Termo de Referência.

Somente serão considerados para fins de pagamento os serviços devidamente executados, conferidos, aprovados e atestados pela fiscalização contratual.

12.9.1.1 Medição das Bandeirolas Juninas

- a) Os serviços de ornamentação mediante instalação de bandeirolas juninas serão medidos por metro quadrado (m²) efetivamente instalado, observando-se os quantitativos executados nos polos contemplados pela programação oficial do evento.
- b) A aferição será realizada pela fiscalização mediante inspeção física, registros fotográficos e demais mecanismos de controle necessários à validação da execução.
- c) Não serão considerados para pagamento quantitativos instalados em desconformidade com as especificações técnicas ou rejeitados pela fiscalização contratual.

12.9.1.2 Medição dos Itens Cenográficos e Decorativos

- a) Os itens cenográficos, estruturas decorativas, elementos temáticos e demais componentes previstos na planilha orçamentária serão medidos por unidade (UND) efetivamente instalada e aceita pela fiscalização.
- b) A medição ficará condicionada à verificação da conformidade técnica, qualidade estética, estabilidade estrutural, funcionamento e adequação dos itens instalados.

12.9.1.3 Manutenção Preventiva e Corretiva

- a) A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva durante todo o período festivo, garantindo a preservação das condições de segurança, funcionamento, estabilidade e apresentação estética das estruturas e materiais instalados.
- b) As intervenções corretivas deverão ser executadas imediatamente após solicitação da fiscalização contratual ou identificação de falhas, danos, desprendimentos, comprometimentos estruturais ou inadequações estéticas.
- c) Os custos relacionados às atividades de manutenção preventiva e corretiva deverão estar contemplados nos preços apresentados pela contratada, não sendo admitida cobrança adicional pela execução desses serviços.

12.9.1.4 Regras Gerais de Medição

- a) Não será admitida medição baseada em estimativa, previsão de execução ou simples disponibilização de materiais e estruturas sem efetiva instalação.
- b) Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, rejeitados pela fiscalização ou que apresentem falhas de execução não serão objeto de pagamento até sua integral regularização.
- c) A fiscalização contratual poderá solicitar adequações, substituições, correções ou complementações sempre que identificar inconformidades técnicas, operacionais, estruturais ou estéticas na execução dos serviços.

12.10 PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

12.10.1 A execução dos serviços deverá observar integralmente o cronograma oficial dos festejos juninos promovidos pelo Município de Lauro de Freitas – BA, bem como as diretrizes operacionais estabelecidas pela Administração Municipal.

12.10.2 A contratada deverá iniciar a montagem, instalação e ambientação das estruturas decorativas a partir da segunda semana do mês de junho de 2026, em conformidade com o planejamento operacional e programação oficial do evento.

12.10.3 A contratada deverá assegurar a conclusão integral da montagem e disponibilização da ambientação temática antes da abertura oficial dos festejos juninos, em conformidade com o cronograma operacional estabelecido pela Administração Municipal.

12.10.4 A entrega integral deverá ocorrer em prazo suficiente para realização da vistoria e validação pela fiscalização contratual antes da abertura oficial do evento.

12.10.5 A Administração Municipal poderá promover ajustes no cronograma de execução em razão de necessidades técnicas, operacionais, logísticas, institucionais ou condições climáticas supervenientes, devendo a contratada adequar-se às alterações formalmente comunicadas pela fiscalização contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

12.10.6 Durante todo o período festivo, a contratada deverá garantir manutenção preventiva e corretiva contínua das estruturas, elementos decorativos e instalações executadas, responsabilizando-se pelo imediato atendimento das ocorrências identificadas pela fiscalização ou decorrentes de falhas operacionais, danos, desgaste, desprendimentos ou comprometimentos estruturais.

12.10.7 A desmontagem e retirada integral das estruturas, materiais e demais elementos utilizados na execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos após o encerramento oficial dos festejos juninos, observadas as necessidades operacionais e logísticas relacionadas à execução do evento.

12.10.8 A contratada será responsável por toda a logística necessária à execução dos serviços, incluindo transporte, mobilização de equipes, instalação, manutenção, desmontagem, retirada e destinação final dos materiais utilizados, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança, organização e preservação dos espaços públicos utilizados. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos pela Administração poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Administração Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento da despesa.

13.2 A contratação possui previsão de recursos vinculados ao Gabinete da Prefeita – GAPRE e à Secretaria Municipal de Cultura, conforme indicação constante nos autos do Processo Administrativo nº 0516/2026.

13.3 As despesas serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

- ORGÃO: 01 – GABINETE DA PREFEITA
- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0100 – GABINETE DA PREFEITA
- AÇÃO: 2070 – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CERIMONIAL
- ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
- FONTE DE RECURSOS: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
- ORGÃO: 11 – SECRETARIA DE CULTURA
- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1101 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
- AÇÃO: 2070 – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CERIMONIAL
- ELEMENTO DE DESPESA: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
- FONTE DE RECURSOS: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

13.4 A efetivação da contratação ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução contratual, observadas as disposições legais e orçamentárias aplicáveis

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

16.2 Poderão ser aplicadas à contratada, observada a ampla defesa e o contraditório, as seguintes sanções administrativas:

- a. advertência;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- b. multa;
- c. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3 Das Multas

16.3.1 Poderão ser aplicadas multas nas seguintes hipóteses:

- a) pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços;
- b) pelo descumprimento dos prazos estabelecidos pela Administração Municipal;
- c) pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais;
- d) pela não realização das manutenções corretivas solicitadas pela fiscalização contratual;
- e) pela utilização de materiais em desacordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- f) pela não substituição de materiais, estruturas ou elementos decorativos rejeitados pela fiscalização;
- g) pelo descumprimento das condições relacionadas à segurança, estabilidade e adequada conservação das estruturas instaladas.
- h) A aplicação de multa não impede que a Administração Municipal rescinda unilateralmente o contrato ou aplique outras penalidades legalmente previstas.

16.4 Das Penalidades Relacionadas à Execução

16.4.1 A contratada responderá administrativamente pelas falhas na execução dos serviços que comprometam:

- a. o cronograma operacional do evento;
- b. a segurança das estruturas instaladas;
- c. a adequada ambientação temática dos polos festivos;
- d. a continuidade da decoração durante o período festivo;
- e. a integridade dos espaços públicos e bens municipais;
- f. a segurança de trabalhadores, usuários e terceiros.

16.4.2 O cometimento reiterado de falhas, o descumprimento das determinações da fiscalização contratual ou a inexecução das obrigações assumidas poderá ensejar rescisão contratual, aplicação das penalidades cabíveis e demais medidas administrativas previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Será admitida a subcontratação sob anuência da Administração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

§ 1º. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

§ 2º. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

§ 3º. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

§ 4º. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

§ 5º. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

- I** - Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- II** - A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a)** Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b)** Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

§ 6º. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

22.1 O **CONTRATANTE** promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha (Nome, cargo, matrícula e lotação)